
SER Social

EDUCAÇÃO E LUTAS SOCIAIS NO BRASIL

Brasília, v. 20, n. 43, julho a dezembro de 2018

Manifestações do Golpe na Educação¹

Entrevistada: Silvana Aparecida de Souza²

Adriéli Volpato Craveiro³

Adriéli: Há uma face do golpe também para a área da educação? Quais os fatos decorrentes do golpe para a área da educação, no rol das políticas sociais?

Silvana: Sim, um golpe não é isolado apenas para uma área. A primeira manifestação para a área da educação, referente ao golpe que ocorreu no Brasil em 2016 e ainda está em curso, foi com o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 241, que previa o congelamento dos

1 Trata-se de entrevista elaborada com base em palestra ministrada no Simpósio Democracias golpeadas: política, sociedade e economia em tempos de retrocessos, em 23 de maio de 2018, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu, sob coordenação da professora Renata Peixoto.

2 Pedagoga, doutora em Educação pela USP; pós-doutora em Política Social pela UnB. Professora do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: sasouzaunioeste@hotmail.com.

3 Assistente social do Ministério Público Estadual do Paraná e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Unioeste.

gastos sociais do poder público por vinte anos, que se chamou “PEC da Morte” e depois foi aprovada como Emenda Constitucional 095, de 2016. Esta foi uma das coisas mais impactantes no que diz respeito ao golpe na educação.

Qual é o problema dessa Emenda Constitucional no que diz respeito ao direito à educação como parte do conjunto dos direitos sociais instituídos constitucionalmente?

A questão é que o Brasil desenvolveu o marco legal a partir da Constituição Federal de 1988 de ampliação do direito à educação. Então, em 1988 a Constituição aprovou que a educação obrigatória seria o Ensino Fundamental (EF), que era de oito anos de duração. Depois disso, o EF foi ampliado para nove anos e a educação obrigatória foi ampliada dos quatro aos 17 anos de idade do estudante. De 1988 para cá foi construído um movimento de reforma do sistema educacional, de aumento da escolarização obrigatória, com a meta de que a educação obrigatória se expandisse para toda a Educação Básica.⁴

Portanto, pode-se dizer que o espírito da reforma educacional que estava em curso no Brasil desde a Constituição de 1988 era de que toda a Educação Básica passasse a ser obrigatória, não mais apenas da primeira à oitava série, como se dizia antigamente, do EF, mas, do zero aos 17 anos de idade.

Passar de oito para 17 anos de escolarização obrigatória significa, no mínimo, que você tem que ter o dobro de recurso financeiro para atender o dobro de anos escolares da população na idade da escolarização obrigatória. Não bastasse isso, na EI você tem maior necessidade de um atendimento em tempo integral, e uma educação que, portanto, terá um custo muito maior do que, por exemplo, o EM que funciona no Brasil em tempo parcial e, às vezes, conjugando prédio com o EF. Isso quer dizer que o custo mais alto deveria ser a EI, pois o tempo maior de permanência da criança no Centro de Educação Infantil aumenta sobremaneira os insumos que essa permanência maior implica.

4 A Educação Básica no Brasil compreende a Educação Infantil (EI), o Ensino Fundamental (EF) e o Ensino Médio (EM).

Esse movimento de ampliação da escolarização obrigatória tinha que vir acompanhada, e veio em certa medida, de uma expansão dos recursos financeiros para isso também. Então, o Brasil tinha acabado de aprovar a expansão para quatro a 17 anos (não de zero ainda, esse seria o movimento seguinte): o primeiro movimento foi passar o EF de oito para nove anos. O segundo movimento foi passar de quatro para 17 anos. O terceiro movimento seria de zero a 17 anos. Isso vinha sendo gradativo.

Quando essa meta dos quatro aos 17 anos tinha que começar a ser implementada, foi aprovado o Plano Nacional de Educação, que seria executado de 2014 a 2024. Mais um plano com projeção para ser cumprido em um prazo de dez anos, com muita dificuldade, pois, o plano anterior já não tinha sido cumprido por razões econômicas ou de prioridade político-financeira. Para a consecução desse novo plano foi feita uma pactuação com a sociedade civil, sobretudo com a área de saúde, de que o dinheiro novo para atender novas demandas da educação e da saúde viria da exploração do Pré-sal.⁵ Ou seja, não se tirou dinheiro da segurança, do meio ambiente ou de outra área, mas se apontou uma possibilidade real e concreta que o Brasil tinha da expansão arrecadadora da União, que seria um recurso novo que serviria para cobrir aquela tradicional e antiga bandeira que toda a sociedade brasileira empunhou, de investimento de 10% do PIB para a educação. Nós tínhamos 4,8, subimos para 5,2, depois para 5,4, precisávamos quase dobrar esse recurso da educação para atingir os 10% do PIB para que toda criança de quatro anos estivesse na Educação Infantil e todo jovem até 17 anos permanecesse matriculado no Ensino Médio.

Um esclarecimento é que, segundo as normativas brasileiras, quando o Poder Legislativo ou mesmo o Executivo cria uma nova despesa, por lei (e essa ampliação é obrigatória por lei), tem que se apontar de onde vem o recurso e foi apontado como sendo da exploração do Pré-sal.

5 Pré-sal é a denominação que se deu às áreas na costa brasileira nas quais há petróleo em mar profundo, pois é precedida de uma camada de sal.

Foi esse movimento que a Emenda Constitucional 095/2016 interrompeu brutalmente. Com todas as dificuldades que já estávamos tendo da questão da crise do Pré-sal que a chamada Operação Lava-Jato trouxe, e aqui cabe um parêntese: essa coisa toda da escolha da Petrobras como aparentemente a única empresa brasileira onde há corrupção. Uma campanha midiática, uma campanha do Judiciário, uma campanha política muito forte de destruição da Petrobras, e toda a crise que estamos vivendo em função da queda do valor do barril do petróleo fez com que depois do golpe também mudasse a pactuação que o governo brasileiro fez com as empresas que são exploradoras do petróleo, no caso do Pré-sal no Brasil. E fez com que da situação que nós tínhamos da possibilidade de um recurso novo gigantesco, pactuado entre a área da educação e da saúde, chegássemos a situação na qual esse recurso se extinguisse. Porque com a entrada do governo Temer e José Serra como Ministro de Relações Exteriores, eles repactuaram o modelo de exploração, dando mais vantagens às empresas exploradoras, alegando que a queda do valor do barril do petróleo no mercado internacional, no mercado financeiro, na bolsa, fazia com que essas empresas agora tivessem prejuízos. Então, na nova configuração no governo Temer, as empresas passaram a ter uma margem muito maior do resultado da produção do Pré-sal.

O que aconteceu então com a meta de destinar o 10% do PIB para a educação, tão pleiteada à época pelos movimentos sociais, uma das lutas mais destacadas no século no que tange à política social?

A meta de atingir 10% do PIB brasileiro de investimento em educação ainda existe como lei aprovada no Congresso Nacional, mas infelizmente parece inalcançável, se não houver uma grande mudança nas prioridades do próximo governo federal, pois o atual aprovou uma Emenda Constitucional que congela por vinte anos os recursos da área social, dentre elas a educação. Isso quer dizer que esses recursos só podem crescer, de ano a ano, durante esses vinte anos, o valor equivalente à inflação oficial. Isso significa que todo o sistema educacional brasileiro que tem que criar milhões de novas vagas para crianças e jovens, não tem como fazer isso, pois, vaga

nova significa recurso financeiro novo e a Emenda 95/2016 obriga a manter o mesmo recurso por vinte longos anos.

Sabemos que manter o mesmo gasto com o mesmo número de alunos já é muito difícil porque há um crescimento vegetativo da folha de pagamento: os profissionais se aposentam, entram novos, e tem um aumento, mesmo se continuar com o mesmo número de atendimento, pois vai haver um aumento das despesas, como, por exemplo, a necessidade de manutenção de prédios e equipamentos, em função da depreciação, investimentos na recomposição dos equipamentos e assim por diante.

Então, a meta de vinte anos sem aumento dos recursos para a área social significa a impossibilidade de aumentar o atendimento, significa a impossibilidade de cumprir a lei da ampliação da educação obrigatória vigente no Brasil a partir de 2016.

Isso já é muita coisa, a ponto da entidade, da qual eu faço parte inclusive, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ter entrado junto à ONU com uma denúncia contra o presidente ilegítimo Michel Temer, dizendo que ele viola o direito da criança pequena à educação, porque esse congelamento faz com que milhões de crianças no Brasil não tenham de fato o acesso à EI que compreende a faixa do zero até completar cinco anos de idade.

A luta no plano internacional para tentar garantir o direito à educação, que é um dos componentes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é um mecanismo que a gente encontra nesse momento de tentar garantir o direito da população, quando internamente tenta-se de todas as formas mobilizar e não se consegue romper o cerco do Estado policial, do Congresso Nacional dominado pelos interesses econômicos ruralistas, do agronegócio, do latifúndio. Então se recorre às instâncias internacionais e é isso que está se tentando nesse momento, que se consiga demonstrar internacionalmente que o Brasil seja punido pelo fato de que essa Emenda Constitucional impede o direito da criança pequena à escola.

As restrições atuais ao desenvolvimento das metas educacionais fixadas pelo PNE e as legislações pertinentes estão limi-

tadas aos recursos financeiros? Ou há outras manifestações do golpe na educação?

Absolutamente. Não menos importante foi a questão de que, quase que em seguida de Temer assumir por meio de um golpe parlamentar a Presidência do país, sua equipe do MEC (Ministério da Educação) revogou, por meio da Portaria 981, de 26 de agosto, uma também Portaria Ministerial do governo de Dilma Rousseff que criava o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb). Esse sistema, impunha compromissos ao governo federal na organização do sistema nacional de educação, na execução do PNE, dentre outras responsabilidades e formas de controle social.

Mas tem também a reforma do EM, que é absurda, uma reforma de iniciativa de alguém que nunca pôs o pé em uma escola real e concreta, porque para qualquer pessoa que você perguntar nesse país: “olha, se não tiver recurso para tudo e se a gente quiser ofertar escolarização em tempo integral em apenas uma etapa da escolarização brasileira, qual que você acha que tem que ser primeiro?” Todos vão dizer que é a EI, pelo fato de que a maioria das mães trabalham e é muito mais difícil resolver a questão de onde deixar uma criança de um, dois, três, quatro anos, do que de um adolescente de 16, 17 anos, na ausência da mãe.

É um absurdo, é na verdade um crime, uma reforma educacional em um país de sistema de educação precário, no qual as crianças revezam (umas saem da escola ao meio-dia para que as outras entrem no período da tarde), você colocar por medida provisória uma reforma educacional, com um debate açodado no Congresso Nacional, que ignorou e atropelou o outro debate da reforma do EM que estava lá empacado há anos. Daí, se decide que o EM seria integral!!! O EM integral provavelmente causa mais evasão do que a que já temos hoje.

As matrículas no EM já estão diminuindo no Brasil. Não por uma mudança na pirâmide da idade dos brasileiros, como é o caso da EI, mas porque os jovens nunca evadiram tanto do EM como nos últimos cinco anos, provavelmente por falta de expectativas de mudança econômica em suas vidas, combinada com a necessidade de ir cedo para o mercado de trabalho, pois os estudantes de EM que

estão evadindo são dos estratos mais pobres da população brasileira. Então, esta evasão hoje é assustadora no Brasil, e se torná-lo integral aí sim vai ser muito maior, porque os jovens que estudam à noite e trabalham durante o dia, não vão poder estudar em tempo integral e vão, portanto, evadir da escola e não do trabalho – pois trabalho é sobrevivência. Tem também os que precisam cuidar dos irmãos menores para a mãe poder ir trabalhar. Qual das atividades que se imagina que eles vão abandonar: cuidar dos irmãos ou estudar em um EM de tempo integral?

Então, a coisa mais irracional que o ser humano pode pensar em um país que tem a pobreza que tem o Brasil, é a oferta do EM em tempo integral, antes da Educação Infantil, o EF. É irracional, não tem o menor cabimento. Mas, isso na verdade é o canto da sereia para convencimento das pessoas a favor dessa reforma e com a utilização de uma gigantesca campanha midiática que deve custar bilhões, dinheiro este que se houvesse algum bom senso, poderia ser utilizado na oferta educacional ao invés de campanhas publicitárias.

Além disso, essa reforma é um engodo, pois não há até agora nenhum movimento neste país no sentido de que passe a ter escolas de EM em tempo integral. Isto é fato! Ninguém está vendo um prédio escolar sendo construído. Além disso, a própria EC n. 95 impede qualquer novo investimento; é uma reforma esquizofrênica, tendo uma lei que proíbe e outra que libera completamente. E a realidade concreta está mostrando: não tem nenhuma escola em tempo integral sendo construída no país para cumprir essa tresloucada Reforma do Ensino Médio.

Uma escola de EM em tempo integral tem que ter alojamento, refeitório, lugar para descansar, armário para guarda e troca de roupa, chuveiro para tomar banho e o que mais for necessário para atender as demandas de aulas em salas e as esportivas no pátio. E não tem nada disso acontecendo no Brasil. Teria também que contratar milhares de novos professores: também não tem esse movimento, muito pelo contrário. Uma mentira sem tamanho, uma campanha midiática que despeja dinheiro na imprensa, dinheiro este gasto para convencer as pessoas de que essa reforma é boa, como se as pessoas tivessem

escolha, como se fossem haver vários itinerários formativos para os estudantes escolherem nas escolas públicas. Só terão essas escolhas nas escolas privadas, senão não teriam aprovado a EC n. 95/2016.

Além disso, é preciso pensar que mesmo essa reforma absurda do EM, que, inclusive está “congelada” – pois o próprio governo Temer paralisou o movimento da implantação da reforma – mesmo que seja com 40% a 60% da carga horária à distância, e com professores sem formação em licenciatura, assim por diante. Mesmo assim, exige investimento do MEC de regulamentar, de informar, de regular, de instruir os sistemas. Não é tão simples e provavelmente este seja um dos motivos por essa reforma estar paralisada.

Dentre os pontos de insatisfação se encontra a fixação de conteúdos comuns. Por que é tão problemático esse assunto?

Outra coisa que aconteceu foi a aprovação da tal BNCC, que é a Base Nacional Curricular Comum. Trata-se de uma reforma curricular. O Ministério aprovou, no final do ano passado, essa base curricular que é esvaziada de conteúdo científico na escola, que é fortalecida de aspectos comportamentais, é uma base curricular que mais define uma concepção comportamental, da cultura da paz, de certa concepção de solidariedade, que, na verdade, é um esvaziamento de conteúdo e uma tentativa de apassivamento da população. Também muito atrelada ao Ideb, que é uma avaliação que se faz do sistema escolar que só avalia o Português e a Matemática, o que por si já é um problema, pois desvaloriza todas as outras áreas como História, Geografia, Física – a ênfase é sempre no Português e na Matemática. Outras estão sendo excluídas, mesmo, como Educação Física, Espanhol, Filosofia, Sociologia, Artes.

Mas, o pior é a valorização de uma ignorância muito grande no país que está crescendo e que tem vários nomes. Exemplo: Movimento Brasil Livre, Escola sem Partido, que são movimentos muito fortalecidos no MEC, basta vocês lembrarem que a primeira visita que o Ministro da Educação Mendonça Filho recebeu foi a de Alexandre Frota [ator], logo após sua posse, “grande intelectual, grande pensador da educação brasileira”. Este mesmo governo

excluiu completamente os conceitos de identidade de gênero e orientação sexual dessa mesma Base Curricular.

Estas expressões, estes debates, em um país onde cada vez mais os índices de mortes de mulheres, negras, homossexuais, transexuais têm aumentado, assim como tem aumentado o índice de violência, sobretudo, contra as mulheres da classe trabalhadora, sobre determinados grupos, estão sendo progressivamente proibidos na escola, o mais importante espaço de socialização das novas gerações de brasileiras e brasileiros. Neste novo marco, a escola fica impedida de tocar nestes assuntos; os professores ficam agora temerosos de chamar a atenção de uma criança que manifeste uma atitude de preconceito contra algum homossexual, por exemplo, porque estão aprovando leis, em cada Câmara Municipal desse país, proibindo a professora de dizer a palavra “gênero”, sob pena dela sofrer sanções administrativas que podem chegar à demissão. As professoras e os professores deste país, que sempre foram pessoas próximas à comunidade escolar, estão sendo transformadas por esse governo em criminosos, como pessoas contra a comunidade e as famílias.

Os inúmeros questionamentos sobre as políticas educacionais a partir do golpe envolvem também as instâncias de controle social da política educacional. Você poderia nos explicar o episódio envolvendo o Fórum Nacional de Educação?

Sim, este é mais um fato importante, no golpe. O Fórum Nacional de Educação (FNE) tinha, dentre outras atribuições, a de elaborar o texto-base para a Conferência Nacional de Educação (Conae), que passou a ocorrer por força de lei no Brasil, de quatro em quatro anos, a partir de 2010. Isso quer dizer que, agora em 2018, terá de ocorrer uma Conae. Sendo assim, em 2017 o FNE elaborou uma proposta de texto-base e encaminhou ao MEC, que, não concordando com o conteúdo, mudou as atribuições do FNE, e, se não bastasse isso, mudou sua composição, diminuindo a participação de diversos segmentos científicos, da sociedade civil organizada e do movimento estudantil, aumentando, assim, a proporcionalidade de segmentos alinhados ao governo. A consequência foi que esses segmentos que tiveram sua participação reduzida se recusaram a indicar representantes na nova

composição desequilibrada contra os movimentos de defesa da classe trabalhadora. Assim, foi criada a Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), que congregou os setores da sociedade que julgam que a Conae 2018 tornou-se uma Conferência “chapa branca”, como se diz no movimento sindical.

Por último, ainda houve o episódio da censura a um artigo escrito por três técnicos do Inep e publicado em uma revista científica, também do Inep, artigo esse avaliado pelo Comitê Científico dessa mesma revista e cumprindo todas as exigências da publicação. Ocorre que o artigo tratava do Sinaeb, que, conforme dito antes, tinha sido revogado pelo governo golpista de Michel Temer. O artigo chegou a ser publicado na página da revista, mas foi retirado (acho que) dois dias depois de sair a edição. Estes são, assim, os episódios mais destacados do golpe na educação.